



Artigo Original

O impacto da educação na economia e no desenvolvimento social de áreas rurais: novas definições de políticas públicas nos recortes dos municípios de Água Branca e Delmiro Gouveia (Alagoas)

El impacto de la educación en la economía y en el desarrollo social de áreas rurales: nuevas definiciones de políticas públicas en los recortes de los municipios de Água Branca y Delmiro Gouveia (Alagoas)

Jonathan Guedes da Silva Ricardo^{a,*}

^aUniversidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

INFORMAÇÃO DO ARTIGO

Histórico do artigo:

Aceito em 01 Junho 18

Palavras-chave:

Educação.

Desenvolvimento socioeconômico.

Políticas públicas.

Palabras-clave:

Educación .

Desarrollo

socioeconómico.

Políticas públicas.

RESUMO

Este trabalho enfocará o papel que a educação pode desempenhar, quando bem investida, como um fator que incentiva o desenvolvimento social e econômico, em particular, de duas cidades do sertão alagoano, usando por base (i) indicadores sociais oficiais, (ii) experiências anteriores nas áreas da educação e planejamento econômico, (iii) base empírica (principalmente conversa com alunos da rede pública de ensino e moradores das duas cidades) e (iv) construções teóricas que serão tecidas em sintonia com as perspectivas inovadoras que se pretende trazer para reflexão. Num país marcado por desigualdades sociais tão profundas, a educação significa a possibilidade de milhões de crianças e jovens de alcançar seus respectivos objetivos pessoais, profissionais e/ou acadêmicos, e que ganha contornos mais marcantes quando nos referimos à realidade do interior. Tendo em órbita esta constatação, tomaremos por base a situação atual das cidades de Água Branca e Delmiro Gouveia para, a partir daí, redefinir uma nova agenda de políticas públicas que se preocupem em melhorar a qualidade de vida da população a curto e longo prazo, colocando a educação como prioridade de Estado e com garantias de que o coletivo tenha o direito de participar dos espaços deliberativos e da construção das pautas que emergem corriqueiramente.

RESUMEN

Este trabajo enfocará el papel que la educación puede desempeñar, cuando bien invertida, como un factor que incentiva el desarrollo social y económico, en particular, de dos ciudades del llamado sertão alagoano (Brasil), utilizando por base (i) indicadores sociales oficiales, (ii) experiencias anteriores en las áreas de la educación y planeación económica, (iii) base empírica (principalmente pláticas con alumnos de la red pública de enseñanza y habitantes de las dos ciudades) y (iv) construcciones teóricas que serán tejidas en sintonía con las perspectivas innovadoras que se pretende traer para reflexión. En un país marcado por desigualdades sociales tan profundas, la educación significa la posibilidad de niños y jóvenes de alcanzar sus respectivos objetivos personales, profesionales y/o académicos, y que gana contornos más substanciales cuando nos referimos a la realidad del interior. Teniendo en órbita esta consideración, tomaremos por base la situación la situación actual de las ciudades de Água Branca y Delmiro Gouveia para, a partir de allí, redefinir una nueva agenda de políticas públicas que se preocupen en mejorar la calidad de vida de la población a corto y largo plazo, poniendo la educación como prioridad de Estado y con garantías de que el colectivo tenga el derecho de participar de los espacios deliberativos y de la construcción de las pautas que emergem constantemente.

* Jonathan Guedes da Silva Ricardo

Tel.:(21) 9-8353-9810

E-mail: jonathanguedesricardo@gmail.com

Introdução

Água Branca e Delmiro Gouveia são duas cidades localizadas no Sertão Alagoano, na ponta oeste do Estado da região nordeste. Com populações estimadas, respectivamente, em 20.467 e 52.597 habitantes¹, possuem suas economias atreladas a setores do comércio, da agricultura e da pecuária. Como é típico de uma parcela considerável das cidades pequenas, muitos cidadãos se vêem obrigado a rumar a outras cidades em busca de melhores oportunidades em termos de ingresso no mercado de trabalho, estudos e outras demandas que os municípios das zonas rurais não conseguem suprir.

Não é nem um pouco difícil encontrar famílias que foram separadas ao longo dos anos devido aos que migraram para outras regiões do Estado e do país em busca daquilo que suas terras-natais não podiam lhe oferecer. As marcas da separação, muitas vezes, perduram por muito tempo. E em plena segunda década do século XXI, ainda são muitas as dívidas que, em particular, esses municípios possuem para com seus cidadãos.

Muito marcante a ideia trazida por Silva² quando sublinha que:

[...] Em síntese, é possível dizer que as migrações internas funcionaram, principalmente no período intelectual em que dominou a perspectiva nacional-desenvolvimentista, como uma espécie de caixa-preta cujo estudo permitiria melhor compreender os percalços e as potencialidades do processo de desenvolvimento econômico e social na periferia do capitalismo.

Num sistema político e econômico em que as cidades grandes tendem a crescer cada vez mais ao passo que muitas cidades pequenas parecem não sair do lugar, torna-se essencial a busca por caminhos que levem o interior a uma modernização que seja benéfica à população. E, notando o papel transformador da educação, esta representa um aliado no mínimo necessário ao processo.

Quando se observa que muitas crianças, jovens e adultos ainda enfrentam dificuldades, de diferentes ordens, para não só acessarem como permanecerem no ensino público, enxergamos que o caminho para a universalização da educação no Brasil está muito aquém do que dizem os documentos das diferentes instancias da federação. Além disso, é mais um desafio quando se exige um ensino que seja de qualidade e que garanta ao aluno uma formação integrada a seu papel de cidadão de pleno de direitos.

A Constituição brasileira de 1988³, em seu artigo de nº 205, deixa bem claro que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Além disso, determina que³:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

[...]

* Jonathan Guedes da Silva Ricardo
Tel.: (21) 9-8353-9810
E-mail: jonathanguedesricardo@gmail.com

- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade.

Estas determinações indicam o tamanho da importância atribuída à educação, e que é dever do Estado oferecê-la e responsabilidade da família e da sociedade não negligenciar o cumprimento deste direito. Destaco, ainda, o impacto que a sonegação de impostos pode ocasionar nos investimentos em educação, uma vez que o que deixa de ser arrecadado pelo Estado necessariamente estará tirando dinheiro de setores sociais como educação e saúde, devido à vinculação constitucional de recursos.

Nunca é demais lembrar que:

Art. 69 – A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público⁴.

São três os impostos de caráter municipais que estão vinculados ao complexo sistema de transferência de recursos para a educação, a saber: o IPTU (imposto que recai sobre a propriedade predial e territorial urbana), o ITBI (transmissão inter vivos de bens imóveis ou de direitos reais sobre eles) e o ISS (serviços de qualquer natureza). Não é uma opção dos prefeitos transferir parte do dinheiro arrecadado para a área da educação, e sim uma obrigação constitucional passível de penalidades de responsabilidade fiscal em casos de não cumprimento das obrigações legais.

Educação como prioridade na agenda da administração pública

A análise crítica revela que as políticas educacionais adotadas ao longo dos anos não surtiram os efeitos estruturais necessários para oferecer ao público um serviço de qualidade. Faltam políticas robustas que proponham uma integração entre o que é ensinado e a realidade

social da comunidade escolar; faltam parcerias público-privadas no que concerne à concessão de bolsas de estudos e cursos no contra turno escolar; faltam programas de redistribuição de renda visando incentivar a pesquisa e a extensão no ambiente escolar; faltam políticas de acompanhamento pedagógico aos alunos que, em breve, terão de decidir seus futuros, etc.

A educação precisa ser compreendida como o maior de todos os investimentos que o Estado pode garantir para seus cidadãos e, consequentemente, para si mesmo. A tese que aqui se apresenta propõe que esta pauta de uma educação como prioridade seja não apenas uma bandeira de governo, mas acima de tudo uma bandeira de Estado. Os governos passam, mas o Estado continuará sendo essa instituição do bem coletivo.

A carência de um serviço educacional de qualidade acaba impactando no próprio desenvolvimento social e econômico dos municípios. A falta de oportunidade cria um ambiente em que uma fatia considerável dos cidadãos em idade economicamente ativa acaba migrando para outras áreas, fazendo com que o Estado não receba o retorno [pelo menos um retorno minimamente suficiente] do que investiu lá atrás na formação de seus cidadãos. Ao investir mal, lá na frente acabará vendo o retorno (seja ele em termos de mercado de trabalho, de produção acadêmica, etc.) ser resgatado por outros lugares que receberem seus cidadãos.

É importante admitir que não é uma tarefa nem um pouco fácil fazer com que um município de área rural expanda seus horizontes, sobretudo em duas áreas tão estratégicas: educação e economia. No entanto, políticas públicas pontuais, sobretudo de fachada política, não só prorrogam o prazo de enfrentamento da situação como criam uma falsa ideia de que o governo está trabalhando e solucionando as demandas da sociedade.

Na região de Água Branca e Delmiro Gouveia temos o campus Sertão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Uma oportunidade crucial para que prefeitura municipal e gestão universitária firmassem parcerias visando desenvolver projetos significativos que abrissem

as portas para um intercâmbio de conhecimentos por entre a comunidade, entendendo que a responsabilidade social é uma filosofia que toda universidade tem, ou deveria ter, como missão⁵.

Numa situação como esta, seria de grande magnitude a aproximação do jovem da educação básica com uma realidade que muitas vezes pode lhe parecer muito distante: a vida universitária. Ao se familiarizar com esta possibilidade de escolha, começará a refletir sobre uma carreira profissional, a área que pretende atuar, as atividades que pode desenvolver em prol do social, etc.

Não é senso comum relacionar investimento em educação com redução, imediata e em longo prazo, nos índices de violência e pobreza em determinada região. Quando não se tem educação, cresce a pobreza. Com a pobreza, as vias alternativas (e que aí se inclui as atividades ilícitas) de sobrevivência são acionadas, e o Estado pode acabar perdendo o controle da situação.

Silva⁶, citando dados da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), traz a constatação em seu trabalho sobre violência e criminalidade entre os jovens no país de que “90% dos adolescentes brasileiros que foram internados porque fizeram algum crime não terminaram o Ensino Fundamental”. Além disso, a realidade fora dos gabinetes de pesquisas nos mostra que na ausência de um Estado forte e presente, outras forças passam a dominar e desempenhar um papel assistencialista à população mais pobre e carente.

Um Estado debilitado acaba dando margem para seu próprio desmembramento, tendo em vista o surgimento de um outro Estado com leis próprias, atividades econômicas próprias, etc. É o chamada Estado paralelo, que é antagonista, no jogo da realidade, à ordem pública. A constatação que aqui se busca frisar é que, ao não cumprir seu papel de se fazer presente e de garantir o bem estar social, o Estado está abrindo mão de sua autoridade para que surjam figuras extremas que se rotulam como “salvadores da pátria”, seja no campo da política, seja no campo do que toca mais profundamente a população.

Parcerias público-privadas também são oportunidades que as prefeituras têm de garantir uma maior oferta de serviços à população. Seria interessante, por exemplo, desenvolver com a iniciativa privada maneiras de integrar os jovens ao mercado por meio de cursos profissionalizantes. Na ausência dessa ofertas, muitos alunos precisam buscar uma formação extra em outros municípios, além dos casos dos que vão até Paulo Afonso, já em território baiano, para ter esse acesso.

Ao defender essa parceria entre setores público e privado, não se deve colocar em escanteio a responsabilidade daquele primeiro como representante natural do coletivo. A parceria seria apenas uma estratégia de ampliação da capacidade dos serviços que poderão ser oferecidos. Todo o protagonismo e toda a responsabilidade não devem ser enxugados das mãos das autoridades públicas.

É importante que a própria população ocupe os espaços deliberativos, tendo o poder público o dever de incentivá-lo e garanti-lo. Neste ambiente de gestão democrática, o debate de estratégias de desenvolvimento econômico deve levar em consideração que:

A forma e a composição do desenvolvimento [...] devem variar de região para região ou de local para local, e dependem das estruturas socioeconômicas e culturais, institucionais e político-decisórias prevaletentes nos respectivos espaços. Embora o universo de valores, da região ou do local, deva permanecer receptivo às novas tendências e aos novos paradigmas de desenvolvimento, esse mesmo universo não deve ser cooptado por caricaturas ou por imitações de modelos de outras regiões⁷.

A participação popular nos processos decisórios demonstra um dos pilares mais preciosos do jogo democrático. Um gestor público sabe que ninguém melhor que a população sabe o que é melhor para atender as demandas sociais do cotidiano. Neste sentido, as portas das prefeituras devem estar sempre abertas para um contato mais firme e profundo com o seu entorno.

Sociedade e economia de Alagoas: um aporte histórico

O Estado de Alagoas enfrenta uma série de problemas que perpassam pela falta de políticas públicas eficientes, a falta de qualidade dos serviços públicos prestados à população, o analfabetismo com índices gritantes e o enorme abismo social existente entre os mais ricos e os mais pobres da unidade federativa. A falta de investimentos em capital humano (principalmente por meio da educação e de esportes) e na infraestrutura, lembra Urani⁸, acaba condenando o Estado a uma situação que parece cada vez mais distante de ser revertida.

Esta realidade, por sua vez, é muito perceptível no que tange ao cenário dos municípios de interior. Embora Água Branca e Delmiro Gouveia contassem com taxas de escolarização de, respectivamente, 97% e 96,1% entre crianças de 6 a 14 anos de idade (no ano de 2010, segundo dados do IBGE)¹, é sabido que os índices de analfabetismo e analfabetismo funcionais são desafios que precisam ser encarados pelas autoridades. O simples ato de “escolarizar” crianças e jovens não significa que se está garantindo um processo firme de ensino-aprendizagem no chão da escola.

A falta de uma formação mais qualificada para setores mais complexos da economia e a falta de uma pluralidade maior de serviços de mercado nas cidades acabam fazendo com que os que decidem ficar na região se dediquem ao plantio e à criação de animais, além de outros serviços muito limitados da agricultura, do comércio e algumas atividades autônomas. Porém grande parte das remunerações é considerada baixa, e como não é possível absorver ao menos a maioria da mão-de-obra, a única opção para muitos é a migração para outras regiões com maior fartura empregatícia.

A seca, por sua vez, representa um outro fator de entrave ao desenvolvimento da região nordeste do país. A agricultura, que é uma das principais vítimas do problema, acaba levando o sustento econômico de muitas famílias rurais para o vermelho. Além disso, a própria indústria

e o comércio acabam migrando de regiões com escassez de recursos hídricos para regiões com maiores abundâncias.

As próprias escolas, em diversas ocasiões, precisam desenvolver maneiras da falta de água não prejudicar tanto os alunos ao longo do período letivo. No entanto, com as constantes estiagens, muitas vezes é inviável não serem suspendidas as aulas nas repartições públicas.

Planejamento é uma palavra-chave que não merece ser desprezada em nenhuma hipótese. Parece faltar força de vontade das autoridades municipais, estaduais e federais em solucionar o problema da seca que assola os estados nordestinos. Isto porque já foi provocado que o problema não é a falta da água, mas sua distribuição desproporcional. O poder de consumo é demasiado para alguns, enquanto outros tantos ficam sem uma gota.

Numa entrevista publicada no Blog do Sakamoto, do portal Uol, o pesquisador e engenheiro agrônomo João Suassuna foi enfático ao afirmar que:

O Nordeste brasileiro é detentor do maior volume de água represado em regiões semi-áridas do mundo. São 37 bilhões de metro cúbicos, estocados em cerca de 70 mil represas. A água existe, todavia o que falta aos nordestinos é uma política coerente de distribuição desses volumes, para ao atendimento de suas necessidades básicas⁹.

É necessário que superemos aquela visão ainda tão comum do nordeste brasileiro como lugar da pobreza e do subdesenvolvimento para assumirmos posições muito claras em defesa de políticas construídas a partir das demandas da própria população. Insistir com essas ideias sem levar em conta a capacidade produtiva da região, que é pouco incentivada pelo poder público e pela iniciativa privada, significa condenar todo um território pela falta de capacidade em agir daqueles que detêm os meios de tornar todo um território em força econômica para o país.

Que não se deixe de dizer que cortar todo e qualquer vínculo com políticas assistencialistas [em seu sentido mais pejorativo possível] e de coronelismo, ainda existentes, é algo que precisa

ser concretizado, e que requer um esforço conjunto por parte dos órgãos judiciários, legislativos, executivos e também da própria sociedade no combate a esses tipos de crimes eleitorais.

Resquícios dos tempos dos votos de cabresto e das políticas de barganha ainda são parte da realidade de muitas cidades do interior deste imenso Brasil. Por outro lado, acreditamos que a escola, mais uma vez, representa um elemento que pode nos levar a transformações sociais muito significativas que tenham como ponto de partida a conscientização cidadã e a busca pela justiça social.

Diante de tudo o que foi exposto, é crucial que reconheçamos que a região nordeste do Brasil possui debilidades muito profundas que impedem seu desenvolvimento, dentre as quais temos o descaso do poder público como um dos mais primitivos e que dá base para o surgimento de outros tantos. Por isso,

É necessário reconhecer o déficit do Nordeste, comum a todos os estados da região, dos principais fatores de competitividade da economia contemporânea. O desafio é suprir as carências sociais e econômicas dos estados nordestinos, enfrentando a questão da pobreza de sua população e dotando a região dos fatores econômicos que possam promover a elevação desses indicadores aos mesmos padrões das regiões mais ricas. Isso envolve a ampliação e melhoria das políticas públicas de educação e saúde, investimentos em infraestrutura física (os ativos tangíveis) e em qualificação profissional e ciência e tecnologia (os ativos intangíveis), mas, igualmente, a utilização de poderosas políticas de indução de investimentos para a região, para que nela sejam erigidas partes significativas das novas estruturas produtivas do país, sejam as relacionadas aos investimentos da cadeia energética, desde as atividades de petróleo e gás às energias renováveis, sejam outras atividades também de maior conteúdo tecnológico¹⁰.

Como pode ser percebido, se requer do poder público todo um trabalho de base que coloque enfoque nas potencialidades não

exploradas (ou exploradas de forma a não atender as causas preciosamente sociais), e isto também pode ser visto no contexto de Água Branca e Delmiro Gouveia. Além disso, não naturalizar a pobreza e a miséria e sim combatê-la com os instrumentos que a própria política dispõe representam passos que não deveriam esperar nem mais uma eleição para serem postas em prática.

Não se acomodar diante desses problemas sociais expressa a preocupação da máquina pública em desenvolver e/ou adotar mecanismos para reduzir esses índices, resgatando um papel social que lhe é imputado em observação à sua própria natureza jurídico-representativa. Porém, quando se vê todo esse cenário com ares de normalidade, “pois os pobres e miseráveis sempre existirão”, o Estado estará se omitindo de suas responsabilidades mais básicas e necessárias para solucionar as equações díspares que existem nas mais diversas sociedades e, em particular, na brasileira, de um modo geral.

Uma nova agenda para o sertão

Ao propor uma agenda mais moderna para o desenvolvimento social e econômico das cidades de Água Branca e Delmiro Gouveia, espera-se que se perceba que a educação tem seu lugar de destaque nessa construção que se desenha. Não obstante, além das políticas educacionais, são necessárias também formulações no campo, dentre outros, da economia.

Na gestão pública, o primeiro de todos os passos é a do diagnóstico. É preciso conhecer o contexto atual para, a partir daí, propor soluções para as demandas que surgem. A máquina pública, que muitas vezes tem seu tamanho violentamente ampliado pelos diferentes grupos políticos que passam pelos governos, precisa reter os gastos que são desnecessários. Excessos nos números de cargos de confiança, excessos nos números de secretarias e excessos nos gastos daquilo que não traz um retorno palpável ao cidadão comum devem ser, sem piedade, cortados do orçamento público.

Numa outra ponta, gastos com a educação, com a qualificação profissional e com a saúde, por exemplo, precisam ser ampliados. Quando se tem um investimento pesado nessas áreas, gastos com a segurança pública podem ser diminuídos. Com isso, os investimentos externos passam a subir, a qualidade de vida da população se amplia e as gestões públicas passam a servir de modelo para outras regiões.

Um projeto-piloto muito interessante que poderia ser desenvolvido na região envolveria a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o poder público, os alunos e a comunidade do entorno. A universidade oferece os seguintes cursos no campus localizado no km-03 da AL-145: pedagogia, geografia, história e letras (licenciaturas) e engenharia civil e de produção (bacharelado).

Os alunos da educação básica poderiam, por exemplo, contribuir com as pesquisas desenvolvidas no ambiente acadêmico, o que contribuiria tanto para a formação do graduando como do próprio aluno. Aproximar os jovens da universidade significa mostrar ao aluno que os estudos não terminam no ensino médio, mas continuam por muitos e muitos anos. Além disso, podem ser oferecidas bolsas de ajuda financeira tanto para os universitários como para os alunos que, inclusive, terão desde cedo oportunidades de desenvolverem seus lados “cientistas” ainda na escola.

Esses programas de integração escola-universidade podem ser viabilizados com recursos do Estado e, também, da União. Por mais que os aspectos burocráticos sejam um fator que pese contra, as autoridades locais podem buscar outros arranjos para políticas educacionais que sejam significativas para os alunos.

É importante não esquecer que os alunos, ao desenvolverem suas pesquisas e ao participarem de atividades de ensino e extensão integradas, estarão contribuindo também para o desenvolvimento social da própria região. Além de estarem divulgando o nome da cidade, todo o conhecimento produzido estará dialogando com propostas de melhorias na qualidade de vida dos cidadãos do lugar.

Suponhamos que alunos do curso de engenharia civil planejem desenvolver um projeto de mobilidade urbana que permita a pavimentação de estradas nas localidades de difícil acesso e que usem recursos mais sustentáveis e mais econômicos, ou alunos do curso de história que, em parceria com a prefeitura, desenvolvam uma política de incentivo ao turismo por meio de atividades no museu e em feiras folclóricas. Além de se tornarem empreendedores acadêmico-profissionais, estes jovens estarão contribuindo para o fortalecimento da economia local e para o bem estar da coletividade.

Esta nova agenda, dinâmica e significativa, resgata a percepção de que:

A realidade provoca a necessidade de refletirmos a educação e o modelo da escola nesse processo de mudança, buscando transformá-la com a possibilidade de atender a demanda social e cultural, considerando a materialização da aprendizagem institucionalizada nas relações sociais¹¹.

No Brasil temos a lamentável constatação de que, em tempos de dificuldades financeiras, as primeiras hipóteses que passam pelas cabeças das autoridades, sobretudo as da fazenda, são as de aumentar os impostos para, assim, estimular a arrecadação e destravar a máquina pública. Todavia, ignoram o fato de que é praticamente sempre o contribuinte que paga a conta da ineficiência de parte da classe política.

Os impostos têm um papel muito importante para a administração pública: é por meio deles que o Estado (entenda-se cada uma das esferas públicas) pode honrar seus compromissos no que se refere à oferta de educação, saúde, segurança pública, habitação, dentre outros. Esta arrecadação deveria significar o comprometimento do governo em devolver serviços, no mínimo, de qualidade para todos.

Outro ponto que este trabalho defende é o do fortalecimento das políticas de redistribuição de renda. Em contextos marcados por desigualdades tão acentuadas, os governos poderiam investir em programas educacionais que estivessem vinculados a programas de

transferência que busquem estimular o ensino, a pesquisa e a extensão já na educação básica. Esses valores devem ser frutos de cálculos que levem em conta a inflação e os valores básicos para se viver com dignidade.

Note-se que essas transferências além de permitirem esse estímulo aos estudos, também aumentariam a renda das famílias mais pobres da cidade. Somado a isto, essa medida estaria estimulando a economia local, pois com mais pessoas podendo gastar, mais pessoas poderão estar empreendendo e crescendo. Esse ciclo, por sua vez, estará contribuindo para o crescimento da própria região.

Por falar em economia local, a proposta de valorização da agricultura familiar também pode ser desenvolvida nas comunidades que circundam as escolas. Trata-se de uma estratégia de preservação cultural da alimentação local e de segurança alimentar, de representar uma frente sustentável e principalmente de fomentar a produção nas próprias localidades, o que gerará novos empregos e novas oportunidades de crescimento econômico na região. A adoção deste tipo de agricultura para o abastecimento alimentar da escola dá margem, inclusive, para a formulação de políticas voltadas exclusivamente para o acompanhamento nutricional dos alunos, por exemplo.

Numa sociedade em que os saem na frente são sempre os que detêm maiores condições financeiras, a formulação de políticas públicas que contemplem os rurais é uma questão mais do que emergente. Inclusive, muitas são as visões que expõem o grande potencial por trás da agricultura familiar, inclusive comparando-a a empresas em redes, com poderes associativos e uma estrutura bem consolidada. Nesta perspectiva defendida,

[...] la agricultura familiar se concibe y opera como una red de relaciones asociativas o de proximidad en los territorios con potencial para convertirse en una estructura que genere encadenamientos o vínculos de complementariedad con la gran empresa nacional internacional, participando en condiciones favorables en el proceso de acumulación (mayor retención del

excedente generado), y se desarrolle a partir de empresas en red, lo que implica la organización de las mismas para concentrar la oferta de lo que producen con las calidades requeridas por el mercado, y la demanda de lo que necesitan para producir, lo que permite relaciones más favorables con el mercado¹².

Finalmente, solicita-se, diante deste cenário que se apresenta, uma formação continuada que permita aos professores e funcionários da educação no seio da administração pública aprimorarem suas atuações neste campo tão crucial para o ser humano. São necessárias pessoas que verdadeiramente acreditem no papel da educação e que estejam dispostas a arregaçar suas mangas em prol de um novo capítulo social que se pretende lograr.

Considerações finais

Este trabalho teve como pretensão estimular novas reflexões sobre o quanto as políticas públicas em educação podem impactar no desenvolvimento econômico e social de regiões rurais, em particular nas cidades de Água Branca e Delmiro Gouveia. É uma constatação que não se restringe apenas a estes cenários, mas que facilmente se encaixaria em outras realidades, inclusive de outros países.

O simples fato de a palavra “educação” aparecer na Constituição Federal ou nas leis orgânicas dos municípios não significa muita coisa em termos de seu cumprimento da melhor forma possível. Como já se fora evidenciado em momentos anteriores,

A garantia, a todo e qualquer ser humano, de direitos fundamentais é o básico para que este possa ter, acima de tudo, uma vida digna. Mais do que garantias, é necessário o cumprimento do que está previsto pelos dispositivos legais por parte do Estado. A certeza jurídica é parte constituinte de um Estado entendido como Democrático de Direito.

Por outro lado, além da (i) existência de ordenamentos jurídicos que garantam direitos ao homem e (ii) o cumprimento destes de maneira concreta e corriqueira,

(iii) o cidadão precisa ser instruído a, desde cedo, ter conhecimento sobre seus direitos e deveres como cidadão que é¹³.

Quando as autoridades percebem na educação uma oportunidade de se investir no ser humano, automaticamente estará contribuindo para a formação de cidadãos e profissionais mais qualificados e preparados para uma atuação efetiva em suas próprias realidades. De todos os tipos de capitais existentes, o que sem dúvidas garante maiores retornos e probabilidade zero de prejuízo é o investimento na pessoa física que frequenta a escola desde criança.

Também foi objetivo deste trabalho apresentar algumas propostas de políticas públicas que estimulem a renovação da educação que é oferecida aos cidadãos dos pequenos municípios, que, ao longo dos anos, contribuirá para seu próprio crescimento em termos de indicadores sociais e econômicos.

Finalmente, sublinha-se a afirmativa de que:

a participação popular nas decisões estratégicas para o processo de desenvolvimento e de territorializar essa estratégia é o reforço necessário à construção da cidadania, modernizando o Estado pelo fim do poder tecnocrático-oligárquico e estimulando a cooperação social pela experiência da participação nas decisões do setor público¹⁴.

Garantir a participação popular tanto na construção das pautas como nos espaços deliberativos são algumas coisas que consideramos requisitos ímpares para governos que se dizem democráticos e conscientes de que estão ali porque o apoio de um coletivo lhe deu essa credibilidade. Honrar cada voto e fazer valer a formulação de leis que garantam qualidade de vida aos habitantes da cidade, do Estado e do país são filosofias primordiais a um político sensível às demandas que vêm de fora das paredes de seu gabinete. Levar a satisfação à população deveria ser a recompensa primeira de cada um de nossos representantes políticos.

Referências

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/agua-branca/panorama>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/delmiro-gouveia/panorama>. Acesso em: 28 fev. 2018.
- SILVA, U. V. *Velhos caminhos, novos destinos: migrante nordestino na região metropolitana de São Paulo*. Dissertação de mestrado. Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas do programa de pós-graduação em sociologia. Universidade de São Paulo, 2008. 178 p.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017. 518 p.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. *Lei nº 9394/1996*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- RICARDO, J. G. S. Universidades frente a la globalización: intercambios internacionales, herramienta de formación integral. *La gaceta del Centro Universitario de los Valles*. Ameca, ano 5, n. 2, p. 14, jun. 2016.
- SILVA, J. E. P. *A Prevenção da Violência e Criminalidade entre os Jovens no Brasil: Causas, Fatores, Experiências de Sucesso e Alternativas*. Monografia de graduação. Centro Sócio Econômico do Departamento de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. 72 p.
- AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, Ipea, n. 14, 1996.
- URANI, A. *Um diagnóstico socioeconômico do Estado de Alagoas a partir de uma leitura dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (1992-2004)*. IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Maceió, dez. 2005.
- UOL NOTÍCIAS. *O problema da seca no Nordeste não é falta de água*. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/20>

12/04/23/o-problema-da-seca-no-nordeste-nao-e-falta-de-agua/. Acesso em: 06 mar. 2018.

10. MELO, R. O. L. Uma janela de oportunidade para o nordeste. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (Orgs.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste*. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

11. VIEGAS, L. M. D.; OSÓRIO, A. M. N. A transformação da educação escolar e sua influência na sociedade contemporânea. *InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, MS, v.13, n.26, p.92-115, jul./dez. 2007.

12. ABAUNZA, B. M. Agricultura familiar: ruralidad, territorios y políticas públicas en América Latina. In: *Agricultura Familiar: ruralidade, território e política pública/IICA*, FÓRUM DRS – Brasília: IICA, 2015. 280 p.

13. RICARDO, J. G. S. *Migração, Direito Internacional e os casos de crianças refugiadas no Rio de Janeiro (Brasil), Ameca (México) e San José de David (Panamá): Etnografia nas fronteiras internacionais*. Monografia de graduação. Centro de Ciências Humanidades e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017. 65 p.

14. FALCÓN, M. L. O. Estado e planejamento regional: perspectivas e entraves ao desenvolvimento do Nordeste. In: GUIMARÃES, P. F. et al. (Orgs.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste*. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.